

A FORMAÇÃO DO CAMPO NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: ASPECTOS SOCIAIS POLÍTICOS

THE FORMATION OF THE RURAL EDUCATION IN TRIPLE FRONTIER REGION: SOCIAL AND POLITICAL ASPECTS

Felipe Cordeiro da Rocha

Graduando em Ciência Política e Sociologia

UNILA

E-mail: felipe.crocha@outlook.com

Renata Peixoto de Oliveira

Doutora em Ciência Política pela UFMG

UNILA

E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar aspectos históricos e sociais na formação do campesinato no Paraguai, Brasil e Argentina. O que aqui se pretende é discorrer sobre algumas características gerais da construção do imaginário do campesinato a partir do período da formação dos Estados Nacionais e relacioná-los com a formulação de políticas públicas para o campo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação Rural, Políticas Públicas, Tríplice Fronteira.

ABSTRACT

This paper aims to analyze historical and social aspects in the formation of the peasantry in Paraguay, Brazil and Argentina. What is intended here is to expatiate about some general characteristics of the imaginary construction of the peasantry from the period of the formation of National States and relate them to the formulation of public policies for the peasantry in contemporary times

Keywords: Rural Education, Public policies, Triple border.

A ESPECIFICIDADE DO CAMPONÊS E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para falar sobre educação do campo e identidade camponesa é preciso definir quem é este camponês que ao mesmo tempo é objeto e demandante de uma política específica para o campo. O recorte que se faz aqui de camponês é o de povos do campo, que é amplo e pode abarcar categorias diversas como indígenas, quilombolas, sem-terra, pequenos proprietários, agricultores familiares e boias-frias, todos tendo em comum o espaço rural e o fato serem trabalhadores. Aqui o objetivo é abarcar uma população considerável que demanda um modelo de educação que respeite estas múltiplas identidades.

(...) quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos

tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (FERNANDES, CERIOLI & CALDART Apud ANTONIO e LUCINI 2007, p. 183).

A justificativa para o uso da terminologia educação do campo e não educação rural que aqui se defende está relacionada à condição dos povos do campo primando pelo direito à diversidade e a identidade, além de reconhecer as necessidades destes povos que derivam de sua situação política e de sua inserção cidadã.

O campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais. O conceito de território é fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios (FERNANDES e MOLINA, 2004 p.32).

Falar sobre território aqui é falar sobre um construto social e do qual não se pode dissociar de seus atores inseridos em um determinado contexto sócio-político na maioria das vezes conflitantes aos interesses das elites rurais.

Aparentemente irrelevante, mas essencialmente importante ressaltar neste trabalho, a noção de políticas públicas para então se pensar a educação do campo. O próprio termo política pública, que segundo Alves e Santos (2012) se refere, em primeiro lugar, ao surgimento do Estado Moderno Capitalista em sua perspectiva histórica de transformação posto que o surgimento do Estado visasse, justamente, garantir a propriedade da terra das classes dominantes. Pensar em políticas públicas é também pensar, de um lado, na necessidade do Estado em conter as crises dentro do modelo de produção capitalista, mas, por outro lado, perceber a influência da luta empreendida pela classe trabalhadora em suas demandas.

Pensar as políticas públicas específicas para o campo, no Brasil e na Argentina, nos leva a perceber que esta necessidade não foi estabelecida durante muito tempo. O Paraguai em certa medida teve uma relação diferente com o campesinato ao menos no período anterior a guerra da tríplice aliança como veremos no subcapítulo história e aspectos políticos e sociais na construção da identidade camponesa no Cone Sul. A própria ampliação das políticas públicas, de maneira geral, foi percebida enquanto ligada, de alguma forma, à inclusão de todas as classes no jogo político. Mas quanto aos camponeses mesmo durante os períodos marcados por profundas transformações que levaram a ampliação da participação política e inserção social de segmentos da classe trabalhadora nestes países, durante os governos de Getúlio Vargas (1930 – 1945/ 1951 – 1954) no Brasil e de Juan Domingo Perón (1946 – 1955/1973 – 1974) na Argentina os trabalhadores do campo não encontraram políticas públicas destinadas a eles. Questões como a reforma agrária ou o acesso à educação para os camponeses pobres, mesmo que contendo um caráter burguês não entravam em pauta política de nossos países e

no Paraguai embora tenha havido uma reforma agrária impulsionada pela ditadura de Alfredo Stroessner com a criação em 1963 do Instituto de Bem Estar Rural (IBR) órgão responsável por seu programa nacional de reforma agrária, reforma agrária esta que serve aos interesses de Stroessner ao invés de ao distribuir terras aos trabalhadores promovendo assim desconcentração fundiária ao distribuir grandes porções de terra aos seus aliados políticos acaba por ampliar a concentração de terras e por perseguir os pequenos camponeses.

Mesmo quando percebemos avanços quanto à questão da terra, devemos considerar outro ponto que STÉDILE (2014) salienta o fato de que em muitos países houve a necessidade de se fazer uma aliança tácita entre a burguesia e os camponesato sem terra, pois se de um lado os camponeses queriam terra, de outro a burguesia queria ampliar o mercado interno constituído também pelos trabalhadores do campo. É dessa forma, que no centro do capitalismo, a educação voltada para o camponês nasceu orientada pelo liberalismo econômico, nascendo pela necessidade de se aumentar a produção agrícola, pois nestes países a produção estava ligada a pequena propriedade. Fazia-se então necessário aumentar a produção otimizando o espaço, diante da pequena disponibilidade de terras cultiváveis nestes países.

IDENTIDADE CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Como contextualizado na seção anterior, para se entender as razões pelas quais não houve em nossos países a necessidade da incorporação do camponês na economia é preciso repensar sua histórica inserção na economia mundial, relacionada desde a colonização á uma economia agrícola e exportadora de matérias primas com a base no latifúndio e na monocultura. Naquele contexto, o papel do camponês se construiu como subalterno.

Para Mariátegui (2007), antes da chegada do colonizador havia um modelo de organização e de produção coletiva que não foi levado em conta. Já para Ribeiro (2000), a noção de coletivismo e a relação da natureza com o indígena não foi respeitada nem pelo colonizador espanhol quanto pelo português, que tinham como sentido para a ocupação do território o espírito aventureiro, mas também, a esperança no lucro rápido que lhe serviu como justificativa de escolha pelo modelo da grande propriedade, cuja agricultura seria voltada para a exportação. No que se refere a outros produtos primários, como os recursos minerais, a lógica também era mesma. É dentro das condições dadas por esta herança colonial que se moldaram as identidades camponesas em nossa região.

Hoje no Brasil, na Argentina e no Paraguai falar do espaço rural nos remete a uma luta político-ideológica, colocando em lados opostos, os interesses dos que representam a

agricultura agroexportadora e o grande latifúndio, importante para a balança comercial, e os interesses do pequeno produtor, do indígena, do quilombola e do sem-terra que lutam pela sobrevivência e por melhores condições de vida, acesso a terra e uma política que garanta seu pleno desenvolvimento enquanto cidadão. Também cabe destacar que quanto a construção do imaginário coletivo sobre o camponês, temos a imagem de um segmento considerado pobre, caipira e desvalorizado se comparado ao cidadão, habitante dos grandes centros. Daí surge uma hierarquização das políticas públicas e da própria noção de cidadania, ao passo que camponês não é enxergado como sujeito de políticas públicas do mesmo modo que a população urbana.

Dessa forma, na Argentina, Paraguai e Brasil embora tenham presenciado a luta para o direito de acesso à educação por parte das populações do campo; estas enfrentam desafios para implementação de uma política educacional específica para o camponês.

Numa entrevista feita por Rafael Portillo com Isidro Espínola, dirigente do Movimento Agrário do Paraguai (MOAPA) ficou demonstrado que os interesses dos movimentos sociais do campo no Paraguai remetem a sua realidade objetiva.

Entonces nosotros planteamos la reforma agraria desde cuatro puntos de vista fundamentalmente: económico, político, social y cultural. Para hablar de reforma agraria al menos tendríamos que analizar la estructura agraria del país para saber cuáles son los aspectos que se deben cambiar, reforma o debe eliminadora definitivamente. Y desde un punto de económico tenemos aquí unos cuarenta millones de hectáreas que son fértiles para la agricultura y ganadería en Paraguay, ese que posee el país. De eso treinta y seis millones y cuatrocientos hectáreas se encuentran en manos de menos de mil personas, en realidad son cuarenta y cinco familias. En cuanto la producción, en el pago final que cada uno recibe es menos del costo de producción, entonces cada día se va perdiendo y perdiendo. Hay muchos casos que los propios campesinos que tienen unas cinco o seis hectáreas y se van a las ciudades, fundamentalmente porque no tienen como solventar los otros gastos (ESPINOLA, Isidro, 2013)¹

Falar destas múltiplas identidades e falar de uma singularidade do camponês é algo bastante complexo, mas a premissa é justamente o que eles têm em comum e fazer isso se torna muito mais difícil quando se relaciona três países tão próximos geograficamente mais com uma história e realidade diversa e talvez esse seja o primeiro passo, refazer a história política da inserção do camponês nesta realidade.

Pensar num projeto educacional para o campo pode partir de dois vieses distintos e o pensado para modernização do espaço rural convergente para o modelo do agronegócio que não

¹ Entrevista realizada com Isidro Espínola fundador do MOAPA realizada em 28 de março de 2013 na cidade de Minga Guazú, Paraguai.

questiona a concentração de terra e o outro oposto a este precisa pensar além do espaço da escola, pois compreende que para o desenvolvimento pleno do camponês é preciso lhe dar autonomia e acesso a cidadania. Assim pensar em educação para o camponês é primeiro pensar numa educação que respeite sua subjetividade e seus interesses como classe, já que a educação não pode ser transformadora por si mesmo se não serve para transformar a realidade do camponês.

El concepto de que el problema del indio es un problema de educación, no aparece sufragado ni aun por un criterio estricta y autónomamente pedagógico. La pedagogía tiene hoy más en cuenta que nunca los factores sociales y económicos. El pedagogo moderno sabe perfectamente que la educación no es una mera cuestión de escuela y métodos didácticos. El medio económico social condiciona inexorablemente la labor del maestro El gamonalismo es fundamentalmente adverso a la educación del indio: su subsistencia tiene en el mantenimiento de la ignorancia del indio el mismo interés que en el cultivo de su alcoholismo. La escuela moderna –en el supuesto de que, dentro de las circunstancias vigentes, fuera posible multiplicarla en proporción a la población escolar campesina–, es incompatible con el latifundio feudal (MARIÀTEGUI, 2007, p.33)

Este processo de transformar a realidade para Freire (1987) só se dá quando através do oprimido ao reconhecer sua própria condição como oprimido e começar sua busca pela liberdade e aqui liberdade significa lutar inclusive contra uma consciência servil que é internaliza.

HISTÓRIA E ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA NO CONE SUL

Para pensar sobre a situação do camponês na região é preciso recorrer à construção de sua identidade que por sua vez está ligada a aspectos de sua construção política e social e por esta razão o que aqui se analisados algumas características desta construção histórica e o primeiro país a ser analisado é o Paraguai que apresentou uma relação conflituosa, mas talvez muito mais inter-relacionada entre o colonizador e a população originária, pois no período jesuítico como Mariátegui (2007) destacou o potencial do índio de trabalho coletivo foi aproveitado pelos jesuítas. Também Odriozola (2004) destaca que devido ao tipo de organização da propriedade estabelecida neste período pelos jesuítas fez que mesmo depois de sua expulsão e mesmo quando se deu a independência política do país a grande propriedade não tivesse a mesma força que em outros países da região.

Quando o país se torna independente, seu primeiro mandatário, o presidente José Gaspar de Francia e Velasco² se preocupou com a educação básica e a torna obrigatória, mas não só isso, ele a interiorizou e para isso teve que enfrentar diversos desafios como falta de docentes

² Eleito Consul juntamente com Fulgencio Yegros de 1812-1814 e programado ditador temporal de 1814-1816 e Ditador Perpetuo 1816-1840.

qualificados, porém o mais importante destacar é sua relação com o campesino. Segundo VILABOY (1981) o governo de Francia proclamado ditador perpetuo da nação paraguaia foi baseado no campesinato paraguaio e buscou defender aos seus interesses, inclusive contra os interesses dos latifundiários o que lhe tornou popular entre as classes mais populares e fez que conseguisse o apoio político que necessitava para chegar ao poder, inclusive contra o grupo político que apoiou a aproximação política com Buenos Aires que era um grupo ligado aos grandes proprietários de terra que dependiam de exportar seus produtos e defendiam maior abertura comercial e um projeto distinto projeto defendido por Francia que buscou a autonomia do país.

Segundo Odriozola (2004) em 1810, o que hoje é o território Paraguai era uma região isolada, onde não havia muitos nobres da península ibérica interessados em viver na colônia, em parte também pela falta de recursos naturais e não havia uma proteção militar o que fez criar a necessidade de um exercito local, e que nascesse um sentimento de independência.

O momento que marcou uma mudança na correlação de forças entre campesinos e latifundiários foi a guerra da tríplice aliança (1864-1870). Um período marcante pela transformação da situação do campesino no Paraguai, que era um país que até então mantinha espaços para o cultivo coletivo em terras públicas que eram públicas. Cabe destacar que até então as terras em sua maioria estavam nas mãos do Estado “Em 1870 o Estado era proprietário de quase todo o território do país. De toda a superfície nacional somente 1,6 era de propriedade privada” (PASTORE apud VÁZQUEZ, 2008, p. 48). No entanto com a promulgação da lei de terras de 1883 quando as terras públicas que eram usadas na produção coletiva foram postas a venda³ momento aproveitando pelo capital estrangeiro que entra em grande escala no país por conta baixo valor destas terras, cabe destacar que também a elite nacional também se apropriou deste momento para se fortalecer e aumentar seu poderio.

Segundo Vilaboy, (1981) a lei de terras foi um golpe para a população campesina do Paraguai posto que antes o latifúndio não tivesse no país o mesmo poder que em outros países da região e o país desde então se converte no país com a maior terra do mundo segundo índice de Gini de concentração de terra de 2001 que era de 0, 93 (FAO, 2001) e é importante lembrar que nesta escala enquanto mais próximo a um maior é o nível de desigualdade.

La pérdida del controlador de las fuentes de producción de riquezas; para las poblaciones de la campaña, la pérdida de los campos comunales y de los bosques reservados para uso común por la ley del 1º de julio de 1880 [...] para los pequeños y

³ A razão para a venda de terras públicas neste momento era levantar fundos para a recuperação do Estado após a guerra.

medianos productores de ganado, no ligados con lazos políticos, amistosos o familiares con los miembros de los círculos gobernantes de entonces, la falta de praderas para sus ganados (PASTORE, 1972 p. 245).

O período da ditadura de Alfredo Stroessner (1954–1989) iniciou um processo de reforma agrária no país, contudo seus resultados indicam que ao invés de democratizar o acesso a terra, estas políticas, pelo contrário aumentaram a concentração fundiária. Segundo Sasiain & Pozzo (2008) o fato de Stroessner ter utilizado a terra como moeda de troca, ou seja, em troca de apoio político. Na prática, ocorria o seguinte, o governo concedia aos seus aliados grandes extensões de terra ao mesmo tempo em que perseguia o movimento campesino aumentando assim o poder dos grandes proprietários, inclusive na política nacional o que ainda ecoa, tendo em vista que os conflitos em Curuguaty são um reflexo de uma política que criminaliza os movimentos sociais, em especial o campesino, e fortalece a concentração de terra.

Quanto aos antecedentes que levaram ao incidente de Curuguaty, destacasse a ocupação de terras públicas doadas pelo Estado à Empresa La Industrial Paraguaya S.A (Lipsa), em 1967, por camponeses. Neste episódio, as terras em questão após terem sido abandonadas pela empresa acima citada acabaram sendo, indevidamente, ocupadas pela empresa do político colorado Brás Riquelme e posteriormente sendo requeridas pelo Movimento pela Recuperação Campesina de Canindeyú (MRCC) para fins de reforma agrária. Em 2004, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT) iniciou os trâmites legais para sua desapropriação e posteriormente, através de decreto presidencial, as mesmas foram finalmente desapropriadas para fins de reforma agrária. Porém, em 2005, a empresa de Riquelme entra com um processo requerendo a propriedade das terras, e em que pese às irregularidades processuais, a empresa Campos do Morumbi vence em primeira e segunda instância.

Em 15 de Junho de 2012, ocorreria a reintegração de posse da Empresa Campos do Morumbi, na ocasião existia um grupo de aproximadamente 70 camponeses, dentre eles homens, mulheres e crianças que entraram em choque com o efetivo policial causando o conflito armado que ficou conhecido como conflito de Curuguaty. Deste conflito resultaram as mortes de onze camponeses e seis policiais que tiveram grande impacto político, diante do fato de o próprio presidente Lugo ter sido acusado pelo massacre. No dia 22 de Junho, o presidente sofreu um processo de impeachment motivado pelos resultados daquele conflito agrário.

No Brasil o processo de ocupação do território, desde o tempo da colônia teve base no latifúndio, na grande propriedade agroexportadora que tem origem no modelo de colonização e ocupação da terra utilizado por Portugal com a doação de grandes extensões de terra sistema

no sistema de sesmarias que teve como consequência desde a colonização um modelo de distribuição de terra baseado na grande propriedade.

Para FRANCO (1997) o espaço que cabia ao homem livre não proprietário no período entre o Brasil colônia e o período quando alcançamos a independência política de Portugal era o espaço que não foi ocupado pelo grande latifundiário e este camponês livre, mas pobre vivia sem a sem posse da terra numa relação que não é de escravo, mas também não é de trabalhador assalariado e sim de num sistema de apadrinhamento. Pela sua condição esta população não tem acesso aos serviços públicos e nem a cidadania.

A elite rural brasileira estava atrelada aos interesses do mercado externo e segundo FERNANDES (2006) não se gestou uma burguesia nacional, por que o papel da burguesia brasileira era de dependente. Nosso mercado dependia do mercado externo, pela sua condição produtor de produtos primários e baseados num modelo de monoculturas, e toda vez que um produto perdia valor no mercado internacional isso impactava sobre as taxas de lucro das elites rurais o que fazia com que os trabalhadores fossem cada vez mais explorados.

A elite rural brasileira resistia a mudanças especialmente aquelas ocorridas na década de 30 com as transformações que ocorreram com a chegada de Vargas ao poder e que modificaram as relações de trabalho dos trabalhadores urbanos que conquistam neste momento direitos trabalhistas direitos esses que não chegam ao campo e é nesse contexto que um pequeno grupo de intelectuais do movimento conhecido como ruralismo pedagógico que pelo acelerado processo de urbanização pelo qual passava o país se preocupa com a fixação do homem no campo.

Essa preocupação por parte dos ruralistas pedagógicos se dá em relação às mudanças que vinham ocorrendo deste de a introdução da mão de obra do imigrante com o fim da escravidão e pela opção dos grandes produtores agrícolas, por exemplo, os cafeicultores paulistas pela mão de obra estrangeira. Estas mudanças vinham ocorrendo por diversas razões das quais podemos citar a necessidade de fixação do homem no campo, já que neste momento se intensifica o êxodo rural devido a um processo de industrialização que demanda mão de obra e pelas influências nacionalistas que afloram com a revolução de 30 e o advento de Vargas ao poder. Outro aspecto a destacar é e a necessidade de uma política de higienização, necessidade esta relacionada com as ideias do sanitarista Osvaldo Cruz (1872- 1917) que em 1918 fez uma expedição pelo interior do país e com seus estudos começou a desconstruir as explicações ligadas à ciência racista frequentemente usadas no Brasil ao relacionar um suposto atraso do país ao fato de este ser um país mestiço e a figura do camponês era o

símbolo destas ideias. O camponês ficou estigmatizado como jeca, caipira, insolente e preguiçoso e Cruz rejeitou estas ideias e relacionou o marasmo muitas vezes atribuído ao homem do campo não a uma questão de raça, mas sim a doenças relacionadas à falta de saneamento básico e as condições que este vivia e pela necessidade de novos hábitos e a escola era o caminho para levar ao campo políticas higienizas que também eram defendidas pelos ruralistas pedagógicos.

A personagem do Jeca Tatu de Monteiro Lobato que num primeiro momento depreciava da figura do camponês considerando-o preguiçoso, porém após o contato de Lobato com as ideias dos sanitaristas ele reconstrói sua personagem na busca de se retratar com o camponês.

Cumpr-me, todavia, implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que era assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Estás provado que tem no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado. (LOBATO, apud Leite, 1996, p. 82).

Embora o papel dos intelectuais do ruralismo pedagógico tenha sido muito importante para repensar o campo e preconizar a necessidade de uma política educacional rural, estas ideias não questionavam a concentração da terra e nem mesmo assim elas conseguiram romper o conservadorismo das elites rurais que resistiam a quaisquer mudanças e especialmente aquelas que pudessem expandir os direitos sociais e trabalhistas para os camponeses.

No caso argentino ao pensar na ocupação do território e na agricultura primeiramente remete a pensar na situação dos povos originários, que desde a independência política do país não foram vistos como importantes para a formação da nacionalidade argentina, uma vez que o pensamento positivistas e as ideias relacionadas à eugenesia que chegaram ao país através de autores como Gustave Le Bon (1841-1931) e William Morton Wheeler (1865-1937), ideias estas geralmente baseadas num cientificismo e numa visão distorcida da teoria da evolução que continuou a intelectuais argentinos, especialmente Carlos Octavio Bunge (1875 - 1918) e José Ingenieros (1877-1925) como destaca Grejo (2009).

Pensar no desenvolvimento argentino era também pensar na necessidade de mão de obra, uma vez que o país que dependia de braços para a lavoura e quando se pensou em suprir esta necessidade a solução apontada foi trazer mão de obra estrangeira, opção esta em parte ligada a um pensamento racista que relacionava a vinda destes trabalhadores a um processo de civilizatório e a ideia de progresso, já que os povos originários eram vistos como Bárbaros e subdesenvolvidos. Assim compreendemos o racismo enquanto elemento central do ideário

social desta época que influenciou as elites políticas que construíram o projeto político de nação.

Domingos Faustino Sarmiento presidente da Argentina entre 1868 e 1874 foi um dos principais defensores da vinda de europeus para povoar o vasto território argentino, já que em sua concepção o advento de europeus estava ligado a vinda de um povo cristão e civilizado e mais que isso, representava a possibilidade de avanço técnico.

¿Hemos de cerrar voluntariamente la puerta a la inmigración europea que llama con golpes repetidos para poblar nuestros desiertos, y hacernos, a la sombra de nuestro pabellón, pueblo innumerable como las arenas del mar? ¿Hemos de dejar, ilusorios y vanos, los sueños de desenvolvimiento, de poder y de gloria, con que nos han mecido desde la infancia, los pronósticos que con envidia nos dirigen los que en Europa estudian las necesidades de la humanidad? Después de la Europa, ¿hay otro mundo cristiano civilizable y desierto que la América? ¿Hay en la América muchos pueblos que estén, como el argentino, llamados, por lo pronto, a recibir la población europea que desborda como el líquido en un vaso? ¿No queréis, en fin, que vayamos a invocar la ciencia y la industria en nuestro auxilio.(SARMIENTO, 1990, P. 30).

Porém, num país primário exportador, aonde os estrangeiros que vinham em sua maioria com escasso capital necessitavam trabalhar na perspectiva de melhorar sua vida e que lhe restava era a condição de trabalhadores, por outro lado, e o capital empregado na expansão agrícola também era de origem europeia, especialmente o capital britânico.

A Inglaterra já havia passado pelo processo de industrialização e tinha cada vez maior necessidade de matéria prima para suas indústrias e a Argentina tinha os campos necessários para desenvolver uma pecuária de ovinos voltada para a as demandas da indústria têxtil inglesa, além disso, o país contava com grande extensão de terras férteis.

No momento em que a Argentina conquista sua independência política, é também um momento marcado pela expansão do capitalismo e os países industrializados não só demandavam matéria primas para sua indústria como alimentos mais baratos para sua população, solução esta apontada por Ricardo (1982) para evitar o aumento do custo de vida nos países industrializados e evitar uma necessidade cíclica em que o aumento dos alimentos influenciasse os salários e por sua vez o lucro dos capitalistas industriais.

O modelo de desenvolvimento agrícola argentino como já destacado se produz sobre a base da mão de obra estrangeira, com um modelo agrícola voltado para o mercado externo e as necessidades dos países europeus em franca expansão, mas sobre tudo com um modelo que concentra a posse da terra e hoje o país tem menos que 10% de sua população vivendo no campo e que ao mesmo tempo tem um imenso território de 2 766 890 km² o que representa ser o oitavo maior país com maior território no mundo, porém com uma baixa densidade

democrática 15 habitantes por km² que segundo dados de 2010 do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) que está concentrada, sobretudo na região de Buenos Aires.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

ANTONIO, Clésio Acilino, LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. Caderno CEDES, Campinas, v 27, n. 72 p. . 177-195, maio/ago. 2007

ALVES, Ednalva F. Santana e SANTOS, Claudio Eduardo Félix. A política de educação do campo em alguns documentos oficiais. Revista Entrelaçado UFRB, v. 2, n. 6, p. 1-12, set. 2012.

DEMELENNE, Dominique. Estudio sobre la población rural en Paraguay. In: Educación para la población rural en Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México y Perú. Ed. UNE,

Santiago, FAO UNESCO, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

FERNANDES, Bernardo M.; MOLINA, Mônica Castanha. O Campo da Educação do Campo. In: _____; JESUS, Sônia M. S. A. Por Uma educação no Campo: Contribuições para um Projeto de Educação do Campo, V.5. Brasília: ARTICULAÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete.

“Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”. In:

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. Ed. São Paulo: Globo. 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 Ensayos De Interpretación De La Realidad Peruana Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

ODRIOZOLA, Jaime Collazo. El dictador Francia y la sociedad paraguaya. 2004. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28100705>> ISSN 1870-0365 Acessado em: 17 de abril de 2014.

PASTORE, Carlos. La lucha por la Tierra en Paraguay. Montevideo: Antequera, 1972.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. O Povo Brasileiro: A Formação do Sentido do Brasil

São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SARMIENTO, Domingos Faustino. FACUNDO: Civilización y barbarie. Buenos Aires: Elaleph.Com, 1999.

SASIAIN, Efraín Alegre; POZZO, Aníbal. Tierra en Paraguay 1947-2007: 60 años de la entrega del patrimonio nacional Stroessner y el Partido Colorado. Assunção: Arandura editorial, 2008.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária: os desafios de toda sociedade. Revista Adusp, 1997. Disponível em: < <http://www.adusp.org.br/files/revistas/10/r10a05.pdf> >. Acessado em: 20 de maio 2014.

VILABOY, Sergio Guerra. El Paraguay de Francia. Revista Critica y Utopia. Buenos Aires, 1981 número 5, Pág. 93-135 ISSN 0325-9676. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/critica/nro5/VILABOY.pdf>> Acessado em: 01 de maio de 2014.